JOSÉ RIVAIR MACEDO



HISTÓRIA DA ÁFRICA

editoracontexto

HISTÓRIA DA ÁFRICA



HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE

Conselho

Paulo Miceli – Unicamp
Tania Regina de Luca – Unesp
Raquel Glezer – USP

Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo da Obra,
com o qual não necessariamente concorda. O Autor conhece os fatos narrados,
pelos quais é responsável, assim como se responsabiliza pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em **www.editoracontexto.com.br**

José Rivair Macedo

HISTÓRIA DA ÁFRICA



Coleção
HISTÓRIA
NA UNIVERSIDADE

editoracontexto



A condição colonial

Os rumos da história das sociedades africanas sofreram significativa alteração nas últimas décadas do século XIX devido ao domínio político-econômico exercido por representantes das potências capitalistas europeias. No período situado entre os anos 1870 e 1960, praticamente todo o continente foi colocado sob tutela de algumas nações da Europa Ocidental e reduzido à condição de colônias.

Mas ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o século XIX não foi um momento de retrocesso ou de calamidades na África. Caracteriza-se como um período de grande vitalidade e dinamismo, de mutações profundas, em que determinados líderes carismáticos construíram talvez os maiores e mais poderosos Estados de toda a história africana, e tiveram que enfrentar

problemas novos, transitando entre a tradição e a modernidade. No domínio econômico, os elementos do dinamismo foram em parte gerados por impulsos exteriores, ligados ao capitalismo europeu, mas no plano político os avanços e inovações partiram do próprio continente.

A observação mais importante a ser feita diz respeito à extensão dos Estados africanos no século XIX. Nunca, num mesmo período, floresceram tantas formações políticas soberanas e surgiram líderes de Estado com tal capacidade de angariar e exercer poder. Sua principal habilidade consistiu em saber articular as instituições políticas tradicionais, baseadas nas linhagens, nas aldeias, nos clãs, com estruturas centralizadas e modernas. Era uma condição necessária para que pudessem fazer frente ao jogo complexo e perigoso das relações internacionais que envolviam os interesses capitalistas e dos Estados-nações europeus.

A AFIRMAÇÃO DO ISLÃ

Em toda a África Subsaariana, os séculos XVIII e XIX foram marcados pela afirmação do islã como força política unificada. Até então, como mostramos nos capítulos anteriores, a propagação do islã limitava-se aos grupos dominantes, sem alcançar a base da sociedade. A partir de então, a difusão da crença muçulmana deixou de se restringir às cortes dos reis e sultões para se impor à população.

Com a aquisição de poder por parte de determinados líderes, a bandeira da unificação se faria através da pregação religiosa e da guerra em nome da fé islâmica. O islã forneceu aos letrados a justificação das guerras contra os "infiéis" e, junto com elas, o quadro intelectual, jurídico e ideológico para a construção dos pilares do Estado. Isso pode ser observado tanto no Sudão Ocidental, da Senegâmbia ao vale do Níger e à Guiné, quanto no Sudão Oriental, na região do Alto Nilo.

No início do século XVIII, o islã tinha recuado em todo o vale do Níger diante das crenças tradicionais, que constituíam o fundamento ideológico dos Estados de Segu e de Kaarta, dominados pelos bamana ou bambara – termo que significa "pagãos".

A afirmação da doutrina corânica deve muito à ação de dois grupos étnicos que primeiro a adotaram e depois a impuseram aos seus rivais e vizinhos. De um lado, os povos fulas da região do Macina e do Futa Djalon. De outro, os povos hauçá, que a partir do Bornu e do Borgu avançaram por todo o território da Nigéria, impondo o islã pelas armas, sequencialmente às ações de exércitos, e pela palavra, após a expansão comercial promovida pelos mercadores.

Uma profunda reorganização e uma extraordinária expansão territorial fortaleceram a posição do islã entre os hauçás no princípio do século XIX, por meio da liderança do reformador religioso Osman Dan Fodio (1754-1817), que era bom conhecedor do direito e da teologia muçulmana. Num dos seus inúmeros escritos, o tratado político intitulado *Kitab al-Farq* (ou *O Livro da diferença entre o governo dos muçulmanos e os dos infiéis*), ele enumera uma longa lista de abusos, corrupção e opressão dos não crentes, os "infiéis".

Essa mensagem canalizou o apoio das camadas populares, sobrecarregadas pela aristocracia, e dos mercadores de grandes cidades como Katsina, Kano e Zaria, ligadas ao comércio transaariano. Estes grupos tornaram-se a base de apoio essencial do Estado fundado por Osman Dan Fodio em 1804, o Califado de Sokoto.

A *jihad* lançada por Osman Dan Fodio não tinha precedentes na história africana pela sua intensidade, por sua amplitude e por suas consequências. As vitórias alcançadas em batalhas travadas desde o ano de 1804 até 1809 deram origem a um vasto território, controlado pelos hauçás, que abrangia partes do deserto do Saara (planalto de Air) ao Norte e partes da floresta equatorial, ao Sul.

Reivindicando a autoridade dos sucessores de Maomé, o líder africano portava o título de *sarkin musulmi*, que correspondia ao tradicional título de califa, isto é, "comandante dos crentes". O princípio dinástico, patrilinear, se impôs frente aos costumes matrilineares locais. O governo permaneceu sob o controle da linhagem do soberano, e quando morreu, em 1817, seu filho, Muhammad Bello, ocupou o seu lugar.

O centro do poder era a cidade de Sokoto, fundada por Muhammad Bello em 1809. As províncias conquistadas foram entregues a governantes nomeados com o título de emires. Alguns emirados periféricos, como Adamawa e Horin, preservavam certa autonomia, contudo.

A fixação de um poder forte e a consolidação da paz num espaço geográfico tão vasto beneficiaram as atividades econômicas, estimularam a circulação de mercadorias entre cidades de Kano, Katsina e Agadés e favoreceram o artesanato e a indústria local desenvolvida pelos hauçás e kanuris. Foram criadas estradas e cidades, intensificando a urbanização no vale do rio Benué, situação que se prolongou até o fim do século XIX, quando todo esse território caiu sob domínio dos britânicos, servindo de base para a formação da atual Nigéria.

Nas montanhas da região de Futa Djalon, na atual Guiné, desde meados do século XVIII emergiu outra formação social unificada de matriz islâmica, a partir da ação dos povos fulas. Na primeira metade daquele século, chefes fulas como Alfa Ibrahima lutavam contra os vizinhos em nome da imposição do islã, o que resultou na criação de um Estado teocrático nas décadas de 1760-1780.

À cabeça desse Estado, encontravam-se governantes de grandes famílias aristocráticas, a dos Alfa de Timbo e a dos Sori de Labé. Os soberanos eram eleitos com o título de *almami*, termo que na tradição árabe corresponde a "o imã", isto é, "o que dirige a oração". Eram entronizados na capital, Fugumba, e portavam turbante, inspirando-se nos rituais islâmicos antigos.

No Estado fula prevalecia uma hierarquia social muito rígida, cuja divisão fundamental separava os muçulmanos dos não muçulmanos. O topo da pirâmide social era partilhado por uma aristocracia militar e por letrados versados no Corão, conhecidos como marabus. Estes eram admirados por sua sabedoria e devoção e por sua capacidade de cura e adivinhação do futuro. Depois vinham os homens livres, fulas e de outros grupos que adotaram o islã; e na base havia grande contingente de dependentes, servidores e escravos. Estes últimos trabalhavam em aldeias de produção agrícola, em proveito da aristocracia fula.

Na região do vale do rio Senegal, o fortalecimento do islamismo deveu-se às orientações político-religiosas do reformador Omar Seydou Tall, lembrado na história como El Hadj Omar (1796-1864). Para tal, ele buscou apoio na confraria muçulmana da Tadjaniyya, composta por indivíduos das camadas populares, sobretudo por pequenos comerciantes e artesãos. Em nome de um islã renovado, ele e seus seguidores lutaram durante 12 anos em um guerra santa islâmica e constituíram um Estado teocrático e centralizado, o Império Tucolor.

Na metade do século, na região do Macina, no atual Mali, era o reformador e líder político Cheikhou Ahmadou (1774-1844) que iria se colocar como defensor de uma aplicação austera do islã. Foi a seu mando que os fulas da região do Segou fundaram a cidade de Hamdallay, nome proveniente do árabe que significa "louvor a Deus". A partir dela se estendeu um Estado controlado por um conselho de marabus, conhecedores do Corão e da tradição e jurisprudência islâmica.

A chefia cabia ao líder dos crentes, o *amir al-muminim*. O poder era exercido por oficiais militares (*amiru*) e por conselhos religiosos, conselhos judiciários e conselhos técnicos, integrados pelas lideranças locais. A aplicação rigorosa da lei corânica levou a que alguns estudiosos comparassem o Estado fula do Macina ao Estado protestante de Genebra dos tempos de João Calvino: o mínimo desregramento moral era reprimido, e eram proibidas as danças ruidosas, o consumo de bebida alcoólica e de tabaco.

Mas o líder africano de maior projeção na segunda metade do século XIX foi Samori Touré (1830-1900). Provinha de uma família de mercadores mandingas da Guiné, mas seu talento militar e sua capacidade como estrategista e chefe de Estado lhe permitiriam unificar o mais extenso e poderoso Estado da África Ocidental.

Para tal, foram fundamentais as alianças com inúmeros chefes locais, o que conseguiu por meio da persuasão, pela ameaça e pela guerra. No ano de 1881, o império mandinga erigido sob sua liderança englobava partes do território dos atuais países da Guiné, Mali, Serra Leoa e Libéria, numa área territorial que comportava uma população que beirava um milhão de pessoas.

Constituído por aproximadamente 15 mil homens na década de 1850, quando Samori começou a despontar como chefe regional, o exército samoriano era estimado em cerca de 50 mil soldados de infantaria e 4 mil cavaleiros em 1886. Organizados em diferentes linhas, esses soldados atuavam segundo uma formação que lembrava as partes de um corpo: havia a *nya*, ou "face", o *sissi*, ou "peito", situado no centro; e duas alas, chamadas "mão esquerda" e "mão direita", e o *kosi*, a "retaguarda".

Para manter os combatentes em ordem durante os combates, adotou-se a tática de avanço em seis linhas sucessivas, a primeira das quais, depois de disparar, se afastava para deixar passar a segunda e ir recarregar as espingardas, o que permitia o avanço constante das tropas. Esse exército era equipado com mosquetes tradicionais, mas a partir de 1891 o armamento passou a integrar modernos rifles de repetição comprados nos fortes ingleses de Freetown, e o treinamento das tropas contava com a instrução de desertores dos exércitos francês e britânico.

Do ponto de vista político, a forma de organização era a de uma monarquia. No princípio, Samori adotou o título de *faama*, habitual entre os chefes mandingas, que sintetizava as ideias de poder e autoridade. No exercício do poder, era auxiliado por um conselho de sete membros e por um corpo de servidores leais que organizavam e acompanhavam todos os assuntos de Estado. A base de sustentação econômica provinha de tributos impostos aos vencidos, venda de escravos de guerra, impostos de circulação de mercadorias e pelo saque promovido nas guerras.

À medida que os territórios incorporados foram crescendo, essa forma tradicional de governo se mostrou insuficiente, e então Samori foi buscar no islã as referências de organização política e de unificação. Na década de 1880, ele adotou ao menos formalmente o islã e começou a ser designado pelo título de *almami*. Seu conselho passou a ser integrado por marabus. O Estado assumiu aos poucos caráter teocrático.

A ascensão política de Samori coincidiu com o período de fortalecimento do imperialismo europeu na África, e a constituição do império mandinga o colocou em rota de colisão com a França, que na ocasião expandia-se a partir do Senegal.

As relações franco-mandingas oscilaram entre negociações diplomáticas, sucessivamente rompidas, e o enfrentamento aberto. Sucederam-se vitórias e derrotas parciais de ambos os lados. As tentativas de paz, como o Tratado de Kenieba Bura (1886) e o Tratado de Bisandugu (1887), visavam limitar a área de atuação das tropas samorianas e neutralizar suas negociações com os ingleses, que lhe forneciam armas de fogo.

Os governadores franceses destacados para o Sudão não escondiam o apoio que prestaram aos adversários locais de Samori para minar-lhe o poder. Durante a década de 1890, após fracassadas tentativas para que o Reino Unido arbitrasse o conflito com a França, e após sucessivas rebeliões de áreas conquistadas, o império aos poucos foi implodindo. Vencidos pelos franceses em 1894, os exércitos mandingas começaram a retrair. Em 1898, Samori acabou sendo aprisionado por uma tropa de atiradores a serviço dos franceses e levado para o Senegal. De lá, foi exilado para o Gabão, onde morreu dois anos mais tarde.

Do outro lado, no Sudão Oriental, o islã inspirava uma força política poderosa em Darfur e no Kordofan, sob a liderança de Muhammad Ahmad (1844-1885), conhecido como o "Mahdi", isto é, "Guia". Ele era considerado pelos seguidores como o guia infalível, o representante direto de Alá, a quem foi reservada a tarefa de criar um reino de justiça no mundo. Era, pois, um líder messiânico carismático, e nessa condição alcançou enorme popularidade.

Na segunda metade do século XIX, o Sudão continuava a gravitar em torno do Egito que, por sua vez, enfraquecia-se diante dos avanços político-econômicos dos europeus, sobretudo após a abertura do Canal de Suez em 1869. Uma revolta nacionalista chefiada pelo coronel egípcio Arabi Pasha foi esmagada pelos ingleses, que assumiram indiretamente o controle local.

Em 1881, um contingente egípcio armado de mosquetes e encarregado de localizar e prender o agitador sudanês foi vencido pelos partidários do Mahdi, armados de lanças e escudos, o que foi interpretado pelos vitoriosos como um "milagre", como uma prova da eleição divina de seu guia espiritual. Dois anos depois, em 1883, tomaram a cidade de Kordofan e

criaram um regime teocrático islâmico. Diante da gravidade do acontecimento, os ingleses foram forçados a abandonar o Sudão.

Na sequência, os sudaneses atacaram em 1885 a cidade egípcia de Cartum, e o general Gordon, representante inglês encarregado de manter a ordem, foi executado, teve a cabeça cortada e entregue ao Mahdi. O acontecimento causou grande consternação em Londres, e os britânicos preparavam-se para a revanche no mesmo instante em que o líder carismático morria sem deixar atrás de si um líder que estivesse à sua altura e pudesse lhe dar continuidade.

O Sudão passou, então, a ser pressionado, ou atacado, por diferentes potências europeias e pelo seu adversário histórico, o Egito. Ingleses e franceses avançavam através do mar Vermelho, enquanto franceses e belgas ocupavam a região do Bahr el-Ghazal, no Alto Nilo.

Em 1898, um exército anglo-egípcio invadiu o Sudão, devastando o território e atacando os grupos mahdistas. Ao que parece, foram mortos 11 mil e feridos 27 mil deles. O líder inglês, Herbert Kitchener, mandou retirar o corpo do Mahdi de seu túmulo e lançá-lo no Nilo. Pouco depois, o sucessor do Estado sudanês, Osman Digna, aprisionado, foi executado em praça pública.

Encerrava-se deste modo um dos capítulos mais sangrentos da conquista colonial europeia.

ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

A atitude das lideranças africanas em face do expansionismo europeu não foi uniforme, nem seguiu os mesmos rumos. Dependeu do quanto a intrusão estrangeira ameaçasse diretamente a sua autoridade e a sua soberania. O certo é que, ao contrário do que a literatura colonialista acostumou a opinião pública europeia a pensar, a África não era uma terra "selvagem", refratária ao progresso e aos valores da civilização.

Um exemplo pouco conhecido, ou pouco valorizado, do quanto as sociedades africanas e seus líderes souberam se adaptar aos novos tempos encontra-se no reino Bamun, situado na atual República dos Camarões.

Remontando ao século XIV, o reino passou por profunda reformulação na primeira metade do século XIX, resultante de uma grande expansão territorial realizada durante o governo de Mbuembue. Integrantes de uma sociedade tradicional, cujas atividades essenciais assentavam na agricultura, no comércio e no artesanato local, os bamuns passariam por mudanças profundas durante o longo reinado de Njoya (1875-1933), que ascendeu ao trono em 1885. Dali até 1916, a sociedade bamun entrou em contato com o mundo exterior, fenômeno ao qual estão associados diversas modificações, de grande alcance, que demonstram a grande capacidade de adaptação e inovação em face de contextos de mudança.

O primeiro aspecto a ser assinalado diz respeito à estratégia adotada por Njoya, diplomática e não militar, para evitar a incorporação do reino à esfera de influência europeia. Durante seu período de governo, o soberano africano soube manobrar e negociar com habilidade, evitando que durante algum tempo os territórios sob sua autoridade sucumbissem aos anseios colonialistas dos britânicos, alemães e franceses, até ser deposto por estes últimos em 1923.

Uma importante inovação relaciona-se com a islamização do reino. A identidade e a unificação proporcionadas pela nova crença permitiram aos bamuns melhores condições de resistir ao avanço do cristianismo europeu. Escolas corânicas foram criadas e o ensino foi entregue aos marabus.

Em 1905, Njoya permitiu que missionários cristãos alemães se instalassem no reino, reconvertendo a população para o cristianismo. Finalmente, em 1913, o rei decidiu criar uma religião nacional cujos preceitos e fundamentos aparecem sintetizados num livro chamado *Nkuet Kwate* (*Procura e Persegue*). Ela misturava elementos do cristianismo, do islã e das práticas animistas tradicionais, congregando em si diversos temas fundamentais numa leitura nova: a crença num deus único, universal (Nyinyi), noções de justiça e de salvação eterna.

No plano econômico, a abertura para o mundo exterior permitiu aos bamuns introduzir elementos da indústria e da tecnologia. Com os alemães, eles aprenderam técnicas de metalurgia, a construir moinhos de trituração do milho e fundaram uma tipografia para imprimir obras em

shumon, a escrita nacional bamun. O próprio rei deu a conhecer a história do seu povo, mandando escrever um livro sobre a história e costumes dos bamuns, concluído pelos eruditos em 1944.

Por todas essas iniciativas, a figura de Njoya contrasta com o perfil associado aos líderes africanos que governavam às vésperas ou durante o período colonial. Ele soube encontrar respostas para os problemas suscitados pela abertura do reino ao exterior. Soube dar mostras de ecletismo e adaptar as influências vindas de fora às realidades do seu país.

Uma situação oposta ocorreu com o reino da Etiópia. Situado em posição estratégica que permitia acesso ao mar Vermelho e aos portos do comércio árabe e asiático, teve que fazer frente a adversários históricos e à pressão crescente das nações colonialistas europeias.

Aos sucessivos conflitos com os egípcios e com os turco-otomanos, somaram-se ataques por parte da Inglaterra na década de 1860, após o negus Theodoro II ter mandado prender o legado britânico Lorde Cameron. Entre 1867 e 1868, um exército de 32.000 soldados atacou a Etiópia, e até 1875 o país permaneceu sob ameaça constante de ingleses e egípcios.

Estes últimos enviaram quatro expedições a partir dos portos do mar Vermelho, que foram derrotadas uma a uma, e no choque final, na Batalha de Gura, ocorrida em 1876, os egípcios perderam em solo etíope 30 canhões e cerca de 20 mil espingardas *Remington*. No reinado de Johanes IV, os etíopes apoiaram os ingleses no ataque aos adeptos do Mahdi, motivo pelo qual foram alvos de ataque do Sudão em 1884.

A presença europeia aumentou na década de 1880, e os portos do mar Vermelho foram disputados por italianos (Massawa), ingleses (Zeila) e franceses (Obok, Djibuti). O preço da montagem de um sistema defensivo, com a aquisição de armas, não era baixo, e quando logo no início de seu reinado o negus Menelique II, que governou entre 1889 e 1913, firmou com os italianos o tratado de Ucciali, a balança parecia pender para o lado dos europeus. Em troca de um empréstimo de 4 milhões de francos, da entrega de 38 mil espingardas e 20 canhões, os italianos tiveram como garantia o controle sobre as alfândegas do Harar e a anexação dessa província em caso de não receberem o valor emprestado.

As relações se deterioram a partir do momento em que, sem a aprovação do negus, os italianos fundaram Eritreia, o que significava a criação de uma base de poder territorial que ameaçava a soberania dos governantes etíopes.

Diante dos protestos e do ultimato lançado por Menelique II, o governo italiano atacou os etíopes em Adua no dia 1º de março de 1896. Confiantes de que obteriam vitória fácil, foram surpreendidos por um exército cujo contingente girava em torno de 70 mil homens. Na batalha, morreram cerca de 8 mil italianos, entre eles o general Baratiei, que os comandava, e 4 mil auxiliares somalis. A notícia teve grande repercussão, e colocou a Etiópia no cenário internacional. O governo italiano foi forçado a assinar um tratado pelo qual renunciava às pretensões territoriais e reconhecia a soberania etíope.

Na contramão da história, a Etiópia foi o único caso de um Estado africano que obteve sucesso ao impor pelas armas as determinações de suas fronteiras e defender suas prerrogativas num cenário marcado pelo avanço imperialista ocidental.

IMPERIALISMO E COLONIALISMO

Considerando as descrições apresentadas anteriormente, é possível observar o quanto o quadro geopolítico da África se agravou e tornou-se mais tenso a partir da década de 1880. Tal tensão e tal agravamento político-social ocorreram no momento a partir do qual houve uma ingerência direta da Europa nos destinos de todo o continente. Realmente, as décadas situadas entre 1880 e 1914 constituem um ponto de viragem importante. O aspecto essencial desse período foi que, pela primeira vez, e talvez única em toda a história, um continente inteiro caiu sob domínio de povos estrangeiros.

Em perspectiva conjuntural, este ponto de virada esteve associado ao desenvolvimento do capitalismo ocidental, em sua fase monopolista, caracterizada pela concorrência por mercados fornecedores de matérias-primas para a indústria, de mão de obra barata para a extração dessas matérias-primas e de mercados consumidores ilimitados.

O movimento de expansão originava-se em países que realizavam com sucesso a Segunda Revolução Industrial, que controlavam os meios técnicos para o desenvolvimento de armamento sofisticado, entre os quais rifles de repetição, e depois metralhadoras Maxim e Gatling, canhões, canhoneiras, navios bem equipados. As estradas de ferro foram vias de acesso importantes para a exploração efetiva de um território até então inóspito. Foram esses meios técnicos que deram condições para que os europeus pudessem, por fim, adentrar rumo ao interior do continente africano e exercer efetivo controle sobre ele.

O avanço da indústria farmacêutica permitiu a superação de alguns limites até então intransponíveis para os seres humanos que se aventuravam no ambiente tropical e equatorial, infestado de insetos transmissores de doenças mortais, principalmente a febre amarela e a malária. A fabricação em 1854 do quinino, alcaloide com funções antitérmicas, garantiu aos europeus maior capacidade de imunização, embora as doenças tenham continuado a ser o seu maior inimigo na África. Nada pôde ser feito, por exemplo, para remediar os efeitos devastadores da "doença do sono", transmitida pela mosca tsé-tsé.

A ocupação europeia foi antecedida de um lento e quase imperceptível movimento de exploração iniciado desde o final do século XVIII com a intenção de identificar os principais acidentes geográficos da África interior, a foz de seus mais importantes rios, os locais estratégicos de suas rotas. Nesse caso, o desenvolvimento da cartografia e da geografia acompanhou de perto a expansão imperialista e forneceu condições técnicas para a dominação político-econômica.

Um dos primeiros a adentrar esta parte pouco conhecida do continente foi o médico inglês Mungo Park, que entre 1795 e 1797 percorreu quase todo o território da África Ocidental, desde a desembocadura do rio Gâmbia até a curva do rio Níger. Em *Travels in the interior districts of Africa performed under the direction and patronage of the African Association* (*Viagens ao interior da África feitas sob a direção e financiamento da African Association*), ele deixou um retrato muito vivo e original das sociedades africanas, no qual prevalece a objetividade e, em certas passagens, a ad-

miração por grandes reinos e cidades, como Bambara, Silla e Tombuctu, pouco contactadas pelos europeus.

Esse movimento de exploração se acelerou. Na década de 1820, o governo inglês financiou expedições em direção ao Chade, e em 1826 o escocês Gordon Laing percorreu o Mali. Logo depois, era a vez do explorador francês Rene Caillé e do naturalista alemão Heinrich Barth, que descreveu a cidade de Kano, o reino de Bornu e a velha Tombuctu.

Na África Oriental e Central, o grande problema geográfico a desafiar a imaginação europeia era o mistério das nascentes do Nilo. Em 1856, a Sociedade Real de Geografia da Inglaterra financiou a expedição de dois exploradores, Richard Burton e John Hanning Speke. Depois de fracassadas tentativas, este último identificou a foz do maior rio do mundo em extensão, no ano de 1863. Pouco antes, eram identificados e mapeados o lago Tanganica e o lago Vitória – assim nomeado em homenagem à soberana britânica da época.

O PONTO DE VISTA DOS AFRICANOS A RESPEITO DOS BRANCOS

É difícil avaliar a maneira como os africanos se comportavam ou regiam diante dos brancos, em virtude da ausência quase total de fontes escritas deixadas diretamente por nativos. Mas é possível intuir certos traços dessa imagem a partir de determinados relatos deixados por europeus que se encontraram pela primeira vez diante de sociedades africanas ainda não contactadas pelos brancos.

> *O rei do Bondu disse-me que suas mulheres queriam muito me ver, e que teria muito prazer que eu fosse visitá-las. Imediatamente, um dos oficiais recebeu ordem de me conduzir aos aposentos delas. Mal entrei na corte, e fui cercado por um grande grupo. Umas pediam-me medicamentos, outras âmbar, e todas queriam experimentar esse grande remédio dos africanos, a sangria. As mulheres eram umas dez ou doze, na maioria jovens e bonitas, e traziam na cabeça ornamentos e ouro e grãos de âmbar. Fizeram troça de mim*

a propósito de diversas coisas: riam-se sobretudo da brancura de minha pele e do comprimento do meu nariz, dizendo que tanto um quanto o outro eram artificiais. Diziam que me tinham embranquecido a pele mergulhando-me em leite quando eu era criança, e que me tinham alongado o nariz apertando-o todos os dias até ele ficar com aquela forma desagradável e anormal. Fingindo minha indignação, fiz um grande elogio da beleza africana. Elogiei a brilhante negrura de sua tez, a agradável forma achatada do seu nariz. Mas responderam-me que no reino do Bondu ninguém dava a mínima para a bajulação, ou, diziam com ênfase, à "boca com mel". Todavia, em reconhecimentos aos meus elogios, diante dos quais não eram tão indiferentes como aparentavam, deram-me de presente um jarro de mel e alguns peixes que me mandavam levar na casa em que eu ficava. Pediram-me entretanto que voltasse para minha terra até o pôr do sol.

Fonte: PARK, Mungo. *Voyage dans l'intérieur de l'Áfrique fait en 1795, 1796 et 1797*. Paris: Franois Maspero, 1980, pp. 80-1.

O perfil mais completo de um explorador é o do pastor protestante David Livingstone (1813-1873), que chegou à África do Sul em 1849 e logo a seguir, para conhecer e compreender uma natureza que cada vez mais o atraía, adentrou através de uma parte do deserto do Kalahari, descobriu o lago Ngami, percorreu o rio Zambeze e atravessou Angola, até atingir o litoral do Atlântico em 1854. Em nova empreitada, identificou e mapeou o lago Niassa e percorreu o Tanganica, em busca das fontes do Nilo.

Morreu no meio da floresta, de febre, e foi conduzido por africanos que se fizeram seus companheiros nas expedições até o litoral, de onde seu corpo foi transportado para a Inglaterra e sepultado na abadia de Westminster. Em seus escritos, o que prevalece é a imagem de uma África inóspita, com seus povos "selvagens" bons e inocentes e a obra civilizadora dos cristãos europeus a quem competia a missão de "civilizar" o continente negro. Era a visão da África como um "fardo do homem branco".

Essa visão humanitária e aparentemente desinteressada diferia em muito daquela tida por Henri Morton Stanley (1841-1904), que personifica bem o aventureiro em busca de lucro pessoal. Ao contrário de

Livingstone, que levava consigo apenas um pequeno grupo de gente de sua confiança, este ia à frente de uma expedição de cerca de 700 homens, com boas condições de abastecimento, explorando o lago Vitória, até as nascentes do Nilo.

No final da década de 1870, prestou serviços à Associação Internacional do Congo, que tinha sido criada pelo rei Leopoldo II da Bélgica para a exploração do continente, a supressão do tráfico de escravos e a introdução da "civilização" no mundo dos negros.

Motivado por interesses pessoais e pela ambição de se apossar de uma das áreas mais ricas da África, o rei dos belgas investiu parte considerável de sua enorme fortuna (estimada em cerca de 50 milhões de francos-ouro) em propaganda para a apropriação do território, e depois no recrutamento de pessoal especializado para atuar em seu império colonial.

As pretensões de Leopoldo II, pessoalmente rico, mas líder de um Estado de menor projeção, precipitaram os acontecimentos no lado europeu. Suas reivindicações juntaram-se às dos alemães, chefiados por Otto von Bismark, que também pleiteavam uma parcela de domínio na África. O acirramento da rivalidade pela ampliação de espaço de influência em solo africano produziu algo inédito: uma convenção internacional entre representantes europeus, a Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, na qual a África foi partilhada.

Nessa conferência, as nações mais beneficiadas foram a Inglaterra e a França, que ficaram com a maior parte do território africano.

Os britânicos oficializaram sua posição em Gâmbia, Serra Leoa e Nigéria, onde já estavam estabelecidos, e continuaram a exercer influência sobre Zanzibar, na parte oriental, e sobre o Egito, que controlavam de fato desde 1882, e de direito, na forma de um protetorado, a partir de 1914. Seus interesses projetavam-se também na África Austral, primeiro na África do Sul e depois na criação de uma área ocupada pelos povos shonas e matabeles, que passou a se chamar Rodésia.

A França já exercia influência na Argélia desde 1830, e em 1881, 35 mil soldados ocuparam a Tunísia. Na África Ocidental, que passou a ser designada de Sudão Francês, o núcleo administrativo concentrava-

se em Saint Louis, no Senegal. Com o tempo, o protetorado francês seria estendido à Guiné, ao Daomé e ao Gabão, e a todo o território da atual República do Mali, Burkina Faso, Chade, partes da região do alto Nilo, e uma parte do Congo, obtida graças a um tratado assinado entre seu representante, Pierre Savorgnan de Brazza, com o rei Makoko, em setembro de 1880, de onde se originaria o Congo Brazzaville. Do outro lado do continente, em sua parte insular, a influência francesa iria ser estendida a Madagáscar.

As potências menores que ampliaram seu espaço de atuação após a Conferência de Berlim foram, em primeiro lugar, a Alemanha, cuja ação de seus diplomatas entre 1883 e 1885 permitiu ao governo germânico anexar territórios em diversas partes da África: no litoral atlântico, na região do Togo e de Camarões, no sudoeste africano e na África Oriental. A Bélgica garantiu perante os europeus a hegemonia numa parte importante da África, o coração do antigo reino do Congo, que passou a se intitular Congo Belga, onde se situava (e se situa) inúmeras reservas minerais de altíssimo valor.

Quanto aos portugueses, que foram os grandes derrotados em Berlim, de nada adiantaram seus protestos, em nome dos seus direitos "históricos" sobre o Congo. Perderam a influência que até então exerciam em vastos territórios da África Central. As áreas do interior, correspondentes aos ricos planaltos da Rodésia, não somente foram transferidas a outras potências, mas ficaram divididas. Além de Angola, restaram-lhes do vastíssimo império ultramarino de outrora as colônias de Moçambique e as ilhas da Guiné, Cabo Verde e São Tomé.

OS MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO

O período da colonização africana divide-se em três fases. Na primeira, situada entre 1880 e 1914, assiste-se ao estabelecimento de protetorados, à criação das bases de exploração econômica e à fixação de órgãos de apoio nas metrópoles e nas colônias visando ao desenvolvimento dos meios de governo dos territórios mantidos sob seus respectivos domínios. Na segunda, correspondente ao período das duas guerras

mundiais (1914-1945), a crise desencadeada repercutiu nas formas de relacionamento das metrópoles com as colônias e as obrigou a recorrer com mais frequência aos recursos materiais e humanos de que pudessem dispor. Na terceira, no período do pós-guerra e da gestação da Guerra Fria, entre 1945-1960, assiste-se ao fortalecimento dos nacionalismos africanos e ao movimento da descolonização.

De modo geral, as políticas de colonização implantadas pelas metrópoles podiam variar, segundo três orientações principais:

1) A sujeição pura e simples dos povos aos quais se pretendia colonizar;
2) A autonomia relativa concedida a esses povos, mediante o reconhecimento de certas iniciativas e direitos das autoridades locais;
3) O desenvolvimento de mecanismos institucionais que promovessem a assimilação dos colonizados pelos colonizadores.

Visto em perspectiva, pode-se dizer que, no caso das colônias submetidas aos ingleses, prevaleceu da parte da metrópole a segunda orientação. O governo britânico envolveu-se pouco na administração colonial direta. Não alterou as bases dos governos locais, superpondo representantes seus que passaram a atuar como intermediários.

Prevaleceu o princípio da autonomia financeira, considerada condição e medida da autonomia política, e foi concedido aos chefes locais, em sua maior parte composto de "nativos", uma certa margem de liberdade em suas decisões – desde que não entrassem em conflito com os interesses metropolitanos. Em qualquer circunstância, Londres dispunha sempre do direito de veto. Foi o que ficou conhecido como *indirect rule*, ou "influência indireta", sintetizada na obra do administrador Frederick Lugard intitulada *The dual mandate in british tropical Africa* (*O mandato dual na África tropical britânica*), publicada em 1922.

No caso da colonização francesa, prevaleceu a terceira orientação. O governo republicano francês transferiu para as colônias toda uma infraestrutura para uma administração direta, com o apoio das autoridades locais. A figura-chave da colonização era a do governador-geral, representante e detentor dos poderes da república. Apoiado por um conselho

diretivo e por um corpo de oficiais militares, era ele a autoridade máxima em matéria financeira, o chefe das forças armadas e o encarregado da manutenção da justiça.

O papel principal desse aparelho burocrático era gerenciar as atividades comerciais, fixar aqueles que deviam permanecer sob controle da administração pública, distribuir ou redistribuir terras, direitos comerciais e direitos de exploração nos territórios ocupados, criar redes de comunicação viária e outros melhoramentos por meio dos quais se pudessem manter as colônias sob controle.

Em Portugal, houve uma evolução nítida para formas cada vez mais centralizadas de administração colonial. No início, não havia um sistema claramente implantado, e o governo contentava-se em extrair receitas provenientes de impostos fixados nas colônias e retirados das autoridades locais. A partir das décadas de 1920-1930, com a criação do Estado Novo, em que o poder estaria sob controle de António de Oliveira Salazar (1889-1970), foram criados os postos de governadores-gerais, administradores de circunscrições e chefes de posto. Este último era responsável pela administração da justiça, com o apoio de guardas e de intérpretes locais.

Em relação ao Congo Belga, encontramos um caso particular de colonização, provavelmente o mais danoso para as populações locais. Como a incorporação do Congo à Bélgica ocorreu devido ao desejo individual do rei Leopoldo II, este decidiu sozinho a maneira pela qual aquela vastíssima extensão territorial de cerca de 2.450.000 km^2 deveria ser explorada e decretou, em 1889, que todas as terras vagas pertenciam ao Estado belga. A decisão contrariava os compromissos internacionais das metrópoles colonizadoras, pois transformou todo o Congo numa grande propriedade, num vastíssimo quintal do pequeno reino europeu.

As populações foram submetidas ao trabalho forçado, compulsório. Isso logo depois da intensa propaganda europeia contra a prática da escravidão. Numa palavra, o que se sucedeu no Congo foi uma pilhagem generalizada, em proporções até então nunca vistas. Em 1887 foi criada a Compagnie du Congo pour le Commerce et l'Industrie. Ela e outras entidades, como a Compagnie du Katanga, a Société Anversoire e a Compagnie

du Lomami, basicamente drenavam, armazenavam e transportavam para a Europa toda a borracha, marfim e outros produtos minerais.

Tal atividade predatória não se limitou ao Congo, embora nesse caso os efeitos tenham sido mais visíveis. Em toda parte, a condição colonial submetia as populações conquistadas ao fornecimento de soldados para os exércitos, às requisições periódicas de trabalhos forçados, ao transporte de matérias-primas por carregadores, ao pagamento de diversos impostos, ao encaminhamento de crianças para as escolas onde aprenderiam os valores europeus e para as missões cristãs de evangelização instaladas em toda parte. Nenhuma sociedade africana escapou a essas imposições e exigências.

A exploração econômica se fazia através de grandes companhias comerciais concessionárias, cujas sedes encontravam-se nas metrópoles. A elas eram concedidos direitos de exploração de extensos territórios, o que dispensaria de imediato a aplicação direta de recursos financeiros para estimular a colonização. Por um lado, o setor privado assumia o risco dos empreendimentos, mas, por outro, tinha grande margem de liberdade em suas ações perante os "nativos", de onde inúmeros abusos e violências na condução das atividades diárias.

Uma das primeiras cartas de concessão beneficiou, em 1885, a Deutsche Ost Afrika Gesellschaft, para atuar na África Oriental.

Nas colônias portuguesas, os rendimentos provinham da exploração de produtos naturais, como algodão, borracha, café e açúcar na África Equatorial. Em 1891, foi instalada em Sofala a Companhia de Moçambique, e logo a seguir a Companhia de Niassa e a Companhia do Zambeze, que eram financiadas por capitais estrangeiros, em sua maior parte britânicos.

Na África Ocidental francesa, três grandes corporações dominavam o mercado colonial: a Compagnie Française d'Afrique Occidentale, a Société Commerciale de l'Ouest Africain e a Unilever, que controlava a exploração de óleo de palma.

Na Costa da Guiné, a Inglaterra apoiou-se na United African Company, na Royal Niger Company, e na África Austral o predomínio seria da

British South Africa Company, que em 1889 era controlada pelo poderoso empresário inglês dos tempos da colonização, Cecil Rodhes (1853-1902).

As atividades de Cecil Rodhes exemplificam bem a profunda relação da exploração do continente com o capitalismo monopolista. Apoiado pelo governo britânico, ele se tornou um dos maiores investidores em diferentes atividades de exploração econômica na África. Entre 1890 e 1896, acumulou o cargo de primeiro-ministro da colônia britânica sediada na cidade do Cabo. A parte mais importante de sua riqueza provinha da exploração das minas de diamante na África do Sul, através da companhia De Beers Mining Company, de quem detinha o controle acionário. Por fim, após intensa pressão em Londres, ele teve autorização para ocupar a região de Botsuana, de onde a criação em 1895 da Província da Rodésia – que, como se pode prever, foi assim denominada em sua homenagem.

COLONIALISMO E RACISMO

A montagem de um sistema de dominação de tal proporção dependia desde o início da cooperação de parte das populações locais, sem a qual não teria sido possível controlar extensos territórios. Para se ter uma ideia, em 1900 as colônias da África Ocidental francesa dispunham de apenas 862 europeus nos serviços administrativos, número que evoluiu para 2.175 no ano de 1913. Algo semelhante ocorria em outros lugares. Em 1914, o número de britânicos limitava-se a 81 na África Oriental, 226 na Costa do Ouro e 622 na Nigéria.

A forma mais frequente de requisição das populações africanas era para o serviço militar obrigatório. Apenas o alto oficialato era integrado por europeus, enquanto os oficiais de baixo escalão e os soldados eram "nativos". No ano de 1885, dos 9 mil integrantes dos efetivos portugueses que atuavam em suas colônias na África, 8.500 eram africanos. Os primeiros batalhões de soldados negros existiam antes mesmo do período oficial da colonização. Nos domínios franceses, os regimentos de atiradores senegaleses, formados em 1891, tiveram forte atuação no Congo, Marrocos e Madagáscar.

Pela mesma época, formavam-se nos domínios britânicos exércitos regulares constituídos de soldados africanos provenientes das chamadas "raças marciais", sobretudo de hauçás, iorubás, kanuris e outros. Eles integravam a WAFF (West African Frontier Force), que contava com um efetivo de cerca de 6.500 soldados no ano de 1901, dos quais pelo menos 6.300 eram de origem nigeriana e da Costa do Ouro.

Para evitar revoltas, os colonizadores deslocavam os soldados para atuar em áreas diferentes daquelas de seu nascimento, incentivando assim a divisão entre os povos conquistados. No caso dos exércitos britânicos, eram compostos por soldados originários de diferentes continentes controlados pelo Reino Unido. Assim, na África Ocidental eram utilizados soldados antilhanos, e na África Oriental, soldados indianos. No Congo Belga, o exército colonial era ainda mais diversificado. Compunha-se de soldados de diferentes nações europeias (belgas, suecos, noruegueses, dinamarqueses e italianos), e por soldados de diferentes nações africanas (senegaleses, serra-leoneses, liberianos, minas, hauçás, iorubanos, daomeanos, zulus, somalis, abissínios e egípcios).

O sistema de cooperação imposto aos nativos também dizia respeito a outras esferas de atuação. Apenas os postos mais elevados dos serviços de administração eram ocupados por brancos. Todas as demais atividades eram desempenhadas por negros ou mestiços, oriundos das populações locais. Desde os serviços de correio, de escritório, dos estabelecimentos fiscais e judiciários, em todas as instâncias a participação compulsória ou voluntária de africanos deu sustentação ao domínio estrangeiro.

Não é possível pensar que, sem esse apoio local, a subsistência de uma minoria europeia tivesse sido possível por tempo tão prolongado. Em nenhuma parte os estrangeiros interferiram nas esferas de decisão das autoridades locais e das linhagens tradicionais. Dali passaram a provir parte dos grupos auxiliares, como chefes de postos, intérpretes e letrados. Eram técnicos, agentes administrativos, empregados do setor econômico e domésticos. Uma camada social variada, que podia comportar desde serviçais domésticos ou pequenos ordenanças, chamados pelo qualificativo de *boy* (criança, criado), até técnicos com boa formação e maiores oportunidades de ascensão social.

Assim, ao lado das elites tradicionais, emergiu outra, integrada por mestiços ou negros educados nas escolas coloniais ou nas missões enviadas à África, influenciada pela cultura ocidental. O critério de ascensão social deixou de ser o nascimento, para ser medido pelo prestígio pessoal e pela riqueza. Seria essa elite, cujos membros às vezes recebiam a instrução na própria África, e às vezes na Europa, que forneceria os primeiros quadros políticos e intelectuais que, na metade do século XX, lutariam pela independência.

Enquanto tais modificações ocorriam no interior da África, no exterior a imagem dos africanos era estigmatizada por um olhar depreciativo.

Se do ponto de vista político-econômico a colonização apoiava-se na exploração de recursos naturais e na imposição militar, do ponto de vista cultural, a supremacia europeia era justificada em princípios racistas, que colocavam os africanos na escala mais baixa da humanidade. Não é mera coincidência o fato de que o período da colonização tenha correspondido, no plano científico e intelectual, ao período de desenvolvimento das teorias deterministas e racistas nos meios acadêmicos ocidentais.

Vistos como inferiores pelos administradores coloniais, os africanos passaram a ser matéria de conceitualização e teorização científica pelos eruditos metropolitanos. Uma das mais difundidas ideias era a de sua preguiça inata, reproduzida à exaustão na obra de sociólogos e geógrafos. Sua incapacidade para a civilização tornava seus hábitos estranhos, exóticos, e motivaram a organização de verdadeiros "zoológicos humanos". Na França e na Inglaterra, as feiras e exposições coloniais ou científicas exibiam publicamente famílias inteiras de nativos, vestidos em trajes estereotipados, junto com os produtos naturais explorados nos territórios de ultramar e com os animais exóticos encontrados naqueles lugares. Esse traço da atitude se repetiu até pelo menos a década de 1930.

Nos meios acadêmicos, cresceu o interesse pela África e pelos seus habitantes. O conhecimento era um imperativo para facilitar a dominação. Na França, multiplicaram-se revistas especializadas, como o *Bulletin Générale de l'Afrique Occidentale Française* (Boletim Geral da África Ocidental Francesa), e o maior especialista na história antiga

dos povos africanos, Maurice Delafosse (1870-1926), lembrado como o "pai" dos africanólogos franceses, era genro do governador-geral do Sudão francês, Octave Houdas.

Da Société des Africanistes, fundada em Paris em 1930, participavam grandes antropólogos e linguistas, mas também homens conhecidos pelos demais membros como "velhos africanos", quer dizer, administradores, funcionários do governo ou militares que, durante muito tempo, tinham servido nas colônias, ali adquirindo experiência e conhecimento. Na década de 1940, foi criado em Dakar, Senegal, um importante centro de estudos, o Institut Français de l'Afrique Noire (Instituto Francês da África Negra), que depois da independência mudou de nome para Institut Fondamental de l'Afrique Noire, que se conserva até o presente.

ESTEREÓTIPOS E RACISMO NOS TEMPOS COLONIAIS

Atraso, incapacidade natural e preguiça estão entre os argumentos recorrentes encontrados nos textos coloniais. Tais traços aparecem na descrição das populações do Congo apresentada por um escritor belga da década de 1920, no momento de apogeu do colonialismo.

A primeira coisa que impressiona o europeu acabado de desembarcar no Congo é a extrema facilidade de vida que o país oferece ao indígena...

Homem feliz, dir-se-á. Nada disso...

E, precisamente, é essa extrema facilidade de vida material que é, que foi e que será a causa do desastre da raça preta. Com efeito, o seu caráter não foi temperado, como o nosso, por séculos de lutas quotidianas pelo pão de cada dia. De modo que o negro não sabe, mas nem por sombras, querer... O infeliz é imprevidente, despreocupado ao extremo, preguiçoso, incapaz de continuidade no esforço e sequência nas ideias, e inacreditavelmente rotineiro... Em duas palavras: é um débil mental. Por conseguinte, teria forçosamente de adquirir, e adquiriu, todas as taras dos débeis: a falsidade, o gosto pela mentira e pelo roubo, a sensualidade, o servilismo, a insensibilidade.

> *Em contrapartida, também tem as suas qualidades: a modéstia, no sentido em que se apercebe perfeitamente de sua inferioridade, a ausência de maldade e de rancor. Para os ter, precisará de vontade. Tem também paciência, uma paciência infinita... Em suma, apesar dos seus defeitos, é até simpático, mas, do ponto de vista moral, nele, lavra-se um solo pobre.*

Fonte: MATHELIN DE PAPIGNY, Hippolyte de. *Le coup de bambou*. Bruxelles: Luyckx, 1922, pp. 22-24. Apud MBOKOLO, Elikia. ***África negra***: história e civilizações. Salvador; São Paulo: UFBA; Casa das Áfricas, 2011, p. 392. (Tomo II)

Algo semelhante ocorreu em Portugal, onde as bases ideológicas do colonialismo repousaram em elementos de caráter científico. Data de 1875 a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, que permitiu uma reflexão sistemática sobre a questão colonial, seus objetivos e suas políticas.

Desde 1911 as notícias e os problemas locais passaram a ser tratados no *Boletim Oficial de Angola*, e em 1946 foi fundado o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Logo se formaria um grupo de especialistas em assuntos africanos, com pesquisas nas áreas de Antropologia Cultural, Sociologia, Geografia e História.

Seja nos estudos de missionários católicos enviados para prestar assistência espiritual, ou nos bancos escolares das universidades portuguesas, multiplicaram-se estudos sobre os usos e costumes das populações "indígenas". Esse interesse antropológico e etnográfico não era sem motivo e integrava-se ao desenvolvimento daquilo que se costuma chamar de "colonialismo científico".

A ÁFRICA DO SUL E O COLONIALISMO

No extremo sul do continente, a evolução histórica seguiu caminhos próprios. O colonialismo colocou brancos contra brancos, e acentuou a distância entre brancos e negros. Mas em última instância, também ali as desigualdades e diferenças de cor provocaram a exclusão da maioria da população.

Como se viu no capítulo anterior, a relação entre os colonos bôeres e os ingleses era marcada pelo enfrentamento desde o início do século XIX, quando a Inglaterra se estabeleceu na condição de metrópole. A presença britânica contribuiu para cristalizar a identidade dos bôeres, que reivindi-

cavam para si o pioneirismo e a liderança nas terras ocupadas a partir da cidade do Cabo até a região do Transvaal, onde se confrontaram com os povos negros de etnia shosa.

A partir de meados do século XIX, os bôeres tenderam a se autodenominar *africanders* (ou *afrikanders*, *afrikaners*), que designa a comunidade de origem europeia (diferente, portanto, das populações locais "de cor") radicada há muito tempo na África e adaptada ao seu meio ambiente (diferentes, portanto, dos ingleses).

A disputa pela ocupação do espaço que tinha motivado as "guerras cafres" contra os shosas teve sua continuidade numa série de conflitos conhecidos como "guerras dos bassutos", ocorridas nas décadas de 1850 a 1870. Através delas, os bassutos, povos negros de origem banto, opuseram-se tanto aos bôeres quanto aos britânicos pelo controle de terras de cultivo e de pastagem. Essa sequência de conflitos se encerrou com a "Guerra das Espingardas", entre 1879-1881, que obrigou os ingleses a reconhecer os direitos ancestrais dos bassutos à suas terras no reino do Lesotho.

Os conflitos também opunham os ingleses aos zulus remanescentes do reino de Chaka. Em 1879 o rei Ketshwayo infligiu às forças britânicas a pesada derrota na batalha de Insandlwana, com 1.600 mortos. Logo depois, para se vingar, o exército britânico invadiu a cidade de Ulundi, que era a capital do reino zulu, incendiando-a e levando seu rei em cativeiro.

Nas décadas finais do século XIX teve início a exploração das minas de ouro e de diamantes localizadas na região do Transvaal pelas companhias inglesas. Foi o que motivou os protestos e revoltas conhecidas como Guerra dos Bôeres, ocorridas entre 1880 e 1881 e depois entre 1899 e 1902. Elas fortaleceram a identidade africânder e abriram caminho para a independência, levando à criação da União Sul-Africana, e a autonomia definitiva conquistada em 1910.

Desde a independência da União Sul-Africana, o país permaneceu sob controle africânder, e uma série de medidas restringiu os direitos civis da população negra. Entre elas estava o Native Labour Act, de 1913, que estendeu aos trabalhadores urbanos o sistema de submissão já existente na área rural, reservando aos brancos as tarefas especializadas. Em 1923,

o Native Urban Act limitou a possibilidade de os negros se instalarem em cidades consideradas redutos dos brancos.

Abria-se, dessa forma, o caminho para o regime conhecido como *Apartheid*, oficializado em 1948. Através dessa política sustentada pelo Estado, a União Sul-Africana passou a ser constituída por uma série de nações distintas, uma composta por brancos e oito compostas por negros, que deviam viver em seus próprios territórios, separadas umas das outras.

Os *bantustões*, termo empregado para designar as circunscrições reservadas às populações das diferentes etnias negras (shosa, tswana), não dispunham de autonomia política, sendo dependentes das determinações tomadas pelo governo africânder sediado na cidade de Pretória. E suas populações, para ter livre trânsito, necessitavam conseguir permissão para isso, através da obtenção de passes ou salvo-condutos.

Em 1961, quando a União Sul-Africana adotou o nome de República da África do Sul, o resultado do *Apartheid* era uma divisão político-territorial e social que, por si mesma, revelava a profunda desigualdade então existente: dos 1,2 milhão de km^2 totais do território, cerca de 1 milhão de km^2 era ocupado pela população branca de aproximadamente 3 milhões de pessoas; enquanto isso, nos 200 mil km^2 restantes ficavam limitados, e divididos em comunidades miseráveis, aproximadamente 10 milhões de africanos de origem banto.

O que se teve nesse caso, portanto, foi um regime político autônomo dentro do continente africano que se alimentou de princípios racistas, segregacionistas, numa espécie de "colonização interior".

SUGESTÕES DE LEITURA

Coquery-Vidrovich, Cathérine; Moniot, Henri. *L'Afrique Noire de 1800 à nos jours*. 5. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2005. (Nouvelle Clio)

Obra escrita em 1976 na prestigiada coleção Nova Clio, cujas obras dedicam-se a formular grandes sínteses acadêmicas, discussões historiográficas e teórico-metodológicas atualizadas. Na redação, são enfatizados os dados quantitativos e as visões de conjunto sobre as principais tendências sociais e econômicas da era colonial e pós-colonial. Há uma tradução espanhola da primeira edição, publicada em 1976 pela Editorial Labor (Barcelona).

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

Obra fundamental, na qual a pesquisadora e docente de História da África na USP sistematiza suas aulas, escritos e reflexões sobre o continente nos séculos XIX e XX. A ênfase é dada aos processos de dominação envolvendo as relações entre europeus e africanos, com detalhadas análises das tendências historiográficas que abordaram o período colonial, o processo de descolonização e a constituição dos modernos Estados africanos.

VVAA. *A África e a instalação do sistema colonial (1885-1930)*. Lisboa: Centro de Estudos e História da Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.

Publicação dos trabalhos apresentados na III Reunião Internacional de História da África, ocorrida em Lisboa, em que participaram pesquisadores portugueses, brasileiros (Alberto da Costa e Silva) e africanos (Kabenguele Munanga, Carlos Lopes) para discutir de modo geral as formas de implantação, dominação e resistência durante a fase inicial da colonização na África.

_____. *Relação Europa-África no terceiro quartel do século XIX*. Lisboa: IICT – Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1989.

Publicação dos trabalhos apresentados na I Reunião Internacional de História da África, realizada em Lisboa, da qual participaram pesquisadores portugueses, franceses, italianos e africanos. Embora o número maior de textos diga respeito à ação dos europeus, os estudos de Alfredo Margarido, Isabel Castro Henriques e Carlos Lopes levantam questões sobre as formas de hegemonia e de resistência africana.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

Conhecido ensaio de interpretação da realidade africana, enquadra-se nos pressupostos da teoria da dependência. Apresenta análise penetrante das condições pelas quais, a partir dos contatos com os europeus, os interesses econômicos do capitalismo promoveram o empobrecimento (humano, econômico, tecnológico) do continente africano e bloquearam as possibilidades de seu desenvolvimento interno, a partir de relações econômicas instauradas por ocasião do tráfico de escravos, que se aceleraram com o colonialismo e o neocolonialismo.

HAMPATE BA, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Phalas Athena/Casa das Áfricas, 2003.

Neste notável relato autobiográfico, um dos maiores conhecedoras dos saberes e das tradições ancestrais africanas retrata, a partir de suas experiências da infância e juventude, as condições de vida na África Ocidental francesa nas duas primeiras décadas do século XX. Merecem especial destaque: a descrição dos traços de organização da sociedade fula; a descrição das etapas de vida e do aprendizado das normas sociais; e os relatos dos primeiros contatos com o modo de vida dos franceses na escola colonial.

MACKENZIE, J. M. *A partilha da África*: 1880-1900. São Paulo: Ática, 1994.

Estudo do contexto em que se deu a partilha da África pelas potências europeias, com ênfase na narração dos eventos políticos e nas prováveis explicações dadas a um acontecimento tão importante quanto polêmico pelas implicações dele advindas.

WESSELING, Henri. *Le partage de l'Afrique*: 1880-1914. Paris: Denoel, 1996.

Análise detalhada do momento da intervenção e domínio das potências europeias na África, com ênfase nos eventos políticos, nas estratégias de dominação e no significado geral do expansionismo europeu. O autor é especialista em História Contemporânea e leciona na Universidade de Leyden, Holanda.